

CORREIO JURÍDICO

POR MARTHA IMENES



Divulgação
'Diálogos da Magistratura' foi realizado em Cuiabá

Ministro Barroso destaca protagonismo do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, destacou que o Judiciário assumiu papel de protagonismo no Estado brasileiro. “O Judiciário se transformou em um verdadeiro Poder no arranjo institucional do país”, afirmou. A declaração foi feita durante a 18ª edição do programa Diálogos da

Magistratura, realizada na segunda-feira (18), em Cuiabá. A iniciativa é conduzida pela AMB em parceria com o STF e o CNJ, com apoio das associações regionais, e tem contato com a participação ativa da diretoria da entidade em todas as edições. A 19ª edição do programa Diálogos da Magistratura está marcada para Boa Vista (RR), no dia 19 de setembro.

Evidência

O ministro Barroso lembrou que, em função da Constituição Federal de 1988, o Supremo passou a decidir questões econômicas, sociais, éticas e políticas, em assuntos de grande repercussão nacional, o que colocou o Poder Judiciário em evidência.

Iniciativa

O programa é uma iniciativa inédita no país, idealizada pela AMB e já realizada em todas as regiões, promovendo uma conversa direta e uma escuta ativa com juízes e juízas. Desde o ano passado, o projeto levou o chefe do Poder Judiciário a quase todas as capitais.



Divulgação
Audiência reuniu entidades públicas e privadas

STJ discute cobertura de bomba de insulina por planos

Em audiência pública realizada na tarde de segunda-feira (18) pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), representantes de órgãos públicos e entidades privadas debateram a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, do fornecimento de bomba de infusão de insulina para pacientes diagnosticados com diabetes.

A discussão é objeto do Tema 1.316 dos recursos repetitivos, que tem como relator o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Os 19 expositores, divididos em cinco painéis de debate, apresentaram argumentos contrários e favoráveis à inclusão do dispositivo na cobertura obrigatória dos planos de saúde.

Espaço para incorporação

O procurador da República e coordenador da Comissão de Saúde Suplementar do Ministério Público Federal, Hilton Melo, argumentou que há espaço para a incorporação e o fornecimento do dispositivo pelos

planos de saúde. Na sua avaliação, a ANS não tem conseguido regular com presteza as novas tecnologias e os procedimentos para cumprir a sua missão legislativa de cuidar, prevenir e manter a saúde dos usuários.

Ministro ressalta cuidados

Ao encerrar os debates na audiência pública no STJ, o ministro Villas Bôas Cueva ressaltou o cuidado que o Poder Judiciário precisa ter antes de intervir nesse tipo de questão que, a princípio, não estaria entre suas atribuições primárias. “Essas audiên-

cias públicas são necessárias para que haja o contraditório amplo, arejado e democrático”, disse. O debate segue o rito de recursos repetitivos e terá aplicação em todas as ações sobre o tema, quando houver decisão sobre a ação em curso.



Davi Corrêa/Futura Press/Folhapress
Rodovias federais tiveram radares desligados por falta de manutenção. Brasil tem mais de 400 estradas

Por Martha Imenes

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tem 24 horas para notificar todas as concessionárias de radares de rodovias federais a manterem os equipamentos em operação. A determinação é da juíza substituta Diana Wanderlei, da 5ª Vara Federal de Brasília. Segundo a decisão da magistrada, o governo federal deve manter “em pleno funcionamento” os radares de velocidade que pararam de operar devido à falta de recursos para manutenção.

Caso não cumpra a ordem da Justiça, será aplicada uma multa diária de R\$ 50 mil sobre o radar que não estiver em pleno funcionamento. Quem terá que desembolsar esse dinheiro é a empresa responsável pela manutenção dos equipamentos. O mesmo valor de multa deve ser aplicado ao Dnit, caso demore a notificar as concessionárias.

O Brasil possui mais de 400 rodovias federais catalogadas, com numeração que vai de BR-010 até BR-610.

A decisão foi proferida numa ação popular aberta em 2019 contra o governo do então presidente Jair Bolsonaro, que, à época, havia ameaçado desligar milhares de radares em rodovias federais.

Juíza manda Dnit reativar radares em rodovias

Multa por descumprimento é de R\$ 50 mil sobre cada radar que estiver fora de operação

Na ocasião, o governo firmou Acordo Nacional de Radares, comprometendo-se a manter ligados e em operação 100% dos equipamentos instalados em locais com níveis de criatividade médio, alto e altíssimo, tendo como base análises de acidentes e mortalidades nas rodovias federais.

Contratos suspensos

Neste ano, contudo, o Dnit informou à Justiça Federal a suspensão dos contratos para a manutenção dos radares, em função de falta de previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

A Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito (Abeetrans) também informou à Justiça que as concessionárias não conseguiriam

mais manter 100% dos radares funcionando devido à suspensão dos contratos pelo Dnit.

Gastos

Segundo o Dnit, são necessários R\$ 364,1 milhões para manter o sistema nacional de radares em pleno funcionamento, mas o Orçamento da União prevê apenas R\$ 43,36 milhões para os contratos de manutenção.

A Abeetrans destacou, ainda, que a arrecadação federal com multas aplicadas pelos radares de velocidade supera R\$ 1 bilhão por ano.

Sendo assim, ao suspender os contratos, na prática o governo abre mão mais de R\$ 500 mil em receita, uma vez descontados os custos com a manutenção dos equipamentos.

“Ou seja, em dose dupla, a União está abrindo mão de receitas e comprometendo a segurança viária, incentivando as altas velocidades nas rodovias e, por conseguinte, as mortes no trânsito já aumentaram”, escreveu a juíza.

Prazo

A juíza deu prazo de cinco dias para que o governo federal “apresente o planejamento de recursos orçamentários para imediato pagamento dos investimentos realizados para o fiel cumprimento do Acordo Nacional dos Radares”.

A magistrada ordenou, ainda, que o Dnit informe em 72h as consequências do apagão de radares em rodovias federais e o valor exato para o cumprimento do acordo judicial sobre radares.

BRB e GDF terão de explicar desconto de 30% ao Supremo

Agência Brasília

O Banco Regional de Brasília (BRB) e o Governo do Distrito Federal terão de explicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) descontos de 30% na remuneração dos servidores distritais, decorrentes de empréstimos, consignados e cartão de crédito.

A denúncia dos descontos desproporcionais feitos pelo banco público BRB partiu do jornalista e ex-Ministro-Chefe interino do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ricardo Capelli. Em suas redes, o político agradeceu a ação do PCdoB, que pediu – em caráter liminar – a suspensão do confisco de salários de servidores distritais endividados.

Descumprimento

O partido ingressou com uma ação de descumprimento de preceito fundamental contra o banco e o governo do Distrito Federal por violar o chamado mínimo existencial ao efetivar 30% de desconto na folha. A sigla questiona ainda a omissão do GDF em adotar medidas contra a retenção dos vencimentos.

O documento encaminhado ao Supremo cita que o ex-interventor federal denunciou em suas redes casos em que o



PCdoB questiona descontos em folha de pagamento de servidores distritais

salário foi confiscado integralmente, o que impossibilita custear necessidades básicas.

Segundo a petição, inúmeras demandas individuais já foram ajuizadas por servidores lesados, mas não foram bem-sucedidas, embora a Justiça reconheça que a medida é ilegal.

Os advogados apontam que os descontos salariais atentam contra a dignidade da pessoa humana e violam o valor social do trabalho e princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Na ação, o PCdoB afirma que: “O descumprimento dos preceitos fundamentais pelo BRB e pelo GDF configura não

apenas um ato desumano que compromete a vida, a saúde e a economia dos contribuintes, mas evidência efetivo desrespeito ao mínimo existencial do cidadão e da cidadã”.

O partido pede ainda que “o BRB suspenda em até 48 horas os descontos indevidos e que Distrito Federal seja obrigado a adotar mecanismos de fiscalização e controle para impedir novos bloqueios salariais”.

Quem é Capelli

Em 8 de janeiro de 2023, Capelli foi nomeado interventor federal na Secretaria de Estado de Segurança Pública do

Distrito Federal (SSP-DF) pelo presidente Lula, durante a tentativa de golpe de Estado.

Números

O Banco de Brasília conta atualmente com cerca de 3.500 empregados. Embora seja uma empresa pública controlada pelo Governo do Distrito Federal, os funcionários do BRB não são considerados servidores públicos estatutários, pois o banco opera com recursos próprios e seus empregados são regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Procurado, o BRB não se manifestou.